

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S.PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 056-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Taíto Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveira S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiumá Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A culpa do Congresso

De passagem por São Paulo, os presidentes da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, e do Senado Federal, Mauro Benevides, fizeram duras críticas ao presidente Fernando Collor e a seus auxiliares pelo que eles classificam de “desinteresse” do governo em relação aos projetos que o próprio Executivo enviou ao Congresso.

“Afinal, o que eles querem? Qual é a lógica que pode existir nisso tudo?” — perguntava o deputado Ibsen Pinheiro. Já o senador Mauro Benevides diz que, se o governo tem alguma estratégia política para fazer seus projetos andarem, ele desconhece.

É evidente que o deputado Ibsen Pinheiro sabe, perfeitamente, como qualquer brasileiro alfabetizado, o que o governo quer, assim como sabe, também, que o que o governo quer tem lógica perfeita e absoluta sensatez. Já a dúvida expressada pelo senador Benevides parece pertinente, uma vez que, sabendo perfeitamente o que quer, torna-se cada vez mais evidente que o governo não sabe como conseguir. Ninguém conhece a estratégia política do presidente Collor para fazer seus projetos andarem. Mesmo porque, como já comentamos em outros editoriais, o presidente, que nunca teve e continua não tendo uma equipe digna desse nome, dá sempre a impressão de que considera sua missão cumprida a partir do momento em que conclui a formulação de um projeto e o envia ao Legislativo. O governo não procura ou não sabe articular apoio para a aprovação dos seus projetos.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Projetao, apresentado em março como uma saída para a crise nacional, e que hoje dorme em alguma gaveta do Congresso. E está acontecendo, novamente, com a sua nova versão resumida, o “emendão”, mais de um mês depois de sua apresentação ao Congresso.

Depois de ter sido esquartejado pelos deputados — que contrariaram a pretensão do Planalto de vê-lo votado em bloco —, ele ainda não começou a ser discutido nas Comissões Técnicas. Tudo isso ante os olhares complacentes do Planalto, que, no mo-

mento, concentra toda sua atenção em outro projeto, o de reforma tributária de emergência, que terá de ser aprovado até 15 de dezembro próximo para que seja possível assinar um acordo com o FMI até o fim do ano.

Mas, se há alguém que não tem o direito de criticar o governo por suas omissões e lassidões, é uma autoridade do Poder Legislativo. Se houvesse um mínimo de senso de responsabilidade entre os dirigentes do Congresso, independentemente do que o governo faça ou deixe de fazer para apressar a tramitação de projetos de cuja aprovação depende para avançar no caminho da superação da maior crise da nossa História, a obrigação de qualquer deputado ou senador seria dar rapidamente andamento às propostas enviadas pelo Executivo.

Deixando de lado o “emendão” e a reforma de emergência, é um absurdo que, ao faltarem menos de 30 dias úteis para o começo das longuíssimas férias de fim de ano dos parlamentares, cerca de 5 mil projetos de lei estejam na fila esperando a hora de serem votados.

O Orçamento do ano que vem ainda nem foi apreciado pela Comissão Mista.

Esse desinteresse dos congressistas pelos verdadeiros problemas nacionais e, até, pelo agravamento da crise que vai consumindo as energias da economia nacional ficou mais uma vez demonstrado nesta terça-feira, quando o ministro Marcílio Marques Moreira compareceu ao plenário da Câmara para explicar a política econômica e debater a saída para a crise e acabou falando para um auditório quase vazio e muito pouco interessado em fazer-lhe perguntas e apresentar sugestões. A distribuição das verbas do Orçamento, o aumento de impostos, a reindexação da economia, salários, desemprego, assuntos que estão na ordem do dia e sobre os quais o Congresso deve opinar nos próximos dias, não foram suficientes para despertar o ânimo dos parlamentares e fazê-los trabalhar um pouquinho.

E os presidentes da Câmara e do Senado ainda se acham no direito de criticar o presidente da República.